

Brasília, a sede da reunião dos países endividados?

22 MAI 1984

O governo brasileiro poderá hospedar os presidentes latino-americanos. Mas na área econômica ninguém espera decisões drásticas da reunião.

Embora o Itamaraty não confirme — mas também não afaste a idéia — Brasília poderá ser o palco de uma reunião de presidentes de países latino-americanos, para debater os problemas da dívida externa. Esse encontro seria realizado logo após a reunião de chanceleres e ministros da área econômica dessas nações, que está sendo programada para a primeira quinzena de junho, com o objetivo de discutir o mesmo assunto.



Por enquanto, os países com maior dívida externa estão articulando a reunião a nível ministerial. Ela estava prevista na rota oficial que os presidentes do Brasil, Argentina, México e Colômbia divulgaram sábado e que recomenda condições mais satisfatórias para que os devedores possam saudar seus compromissos. Em algumas das capitais latino-americanas que participaram da elaboração do documento comentava-se, ontem, que o encontro de ministros poderia ocorrer dia 11 de junho, em Bogotá.

Novo documento

A reunião de junho, passo preliminar para o encontro de presidentes, acabará resultando em um novo documento, que pela técnica diplomática deverá ser ainda mais afirmativo que o de sábado passado.

A expectativa é de que os principais países industrializados, entre eles os Estados Unidos e a Grã-Bretanha, se convençam finalmente da gravidade da situação nos principais países devedores da América Latina e do Terceiro Mundo em geral.

Outra fonte lembrou que algumas condições sociais que se desenham em alguns dos principais países envolvidos pela dívida externa podem, por fim, preocupar as potências ocidentais, principalmente os Estados Unidos. A fonte destaca que em determinados países latino-americanos começa a surgir um quadro de convulsão social, provocado por causas antigas, mas que está sendo agravado pela recessão mundial e pelas dificuldades impostas pelo pagamento da dívi-

da externa. Isso, segundo o informante, tem um aspecto positivo. Os Estados Unidos, sobretudo, começam a dar importância a um país da América Latina quando ele se transforma em um problema. Foi o caso do Chile de Allende, a Bolívia de Torres, o Peru de Alvarado, Panamá, Cuba e atualmente Nicarágua e El Salvador.

"Só mais um alerta"

A nota oficial do presidente Figueiredo (foto) e de outros presidentes latino-americanos é apenas mais um "alerta" aos banqueiros e aos países ricos de que os juros não podem continuar subindo. O governo não pretende apoiar, porém, nenhum clube de devedores, e não possui, tampouco, nenhum plano definido para substituir o atual esquema de renegociação da dívida externa.

A informação é de fontes do Ministério do Planejamento, que dizem, contudo, ter havido um "salto qualitativo importante no processo de renegociação da dívida", transferindo-se a questão do cenário técnico para o plano político. No entanto, já em fins de 1982, o general João Figueiredo fez idêntica advertência aos países ricos, perante a Assembleia Geral das Nações Unidas, sem que isto representasse depois nenhuma atitude mais firme, frente aos credores externos.

Os próprios técnicos do Planejamento levantaram dúvidas sobre a eficácia, a curto prazo, desse novo posicionamento do governo brasileiro, em função da sensibilidade dos países industrializados e dos respectivos bancos, estes, os grandes credores dos latino-americanos.

De qualquer forma, na análise do Planejamento, manifestações de natureza política, como a que acaba de ser oferecida, vêm somar-se à discussão que hoje se trava, em nível mundial, a respeito da necessidade de estabelecer-se uma forma capaz de viabilizar o pagamento da dívida dos latino-americanos, no quadro de um crescimento das taxas de juros. Se esta forma é a capitalização total ou parcial dos juros, ou o estabelecimento de uma taxa fixa, a partir da qual a diferença sobre a taxa de mercado seria financiada pelos países industrializados, ou ainda uma outra fórmula ainda não montada, o que parece provável é a impossibilidade da manutenção do sistema convencional de renegociação seguido até agora.